

Educação para o *ser mais* no Movimento de Mulheres Camponesas

Isaura Isabel Conte¹, Elisiane de Fátima Janh²

Resumo

Discutir os movimentos sociais numa perspectiva de sujeitos educadores requer a compreensão de que, embora vivamos em uma sociedade democrática, é preciso lutar contra as desigualdades e as várias formas de opressão, pois esta forma de organização social não implica que as lutas sociais percam sentido. Neste ensaio nos propomos refletir, com auxílio de Paulo Freire, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) como sujeito que, ao incidir na sociedade, possibilita educação para o ser mais das mulheres militantes que ao constituírem o Movimento, se fazem e se transformam. As reflexões aqui apresentadas são decorrentes de inserção militante no MMC. Como instrumentos de pesquisa foram utilizados registros e observações em vários momentos da vida do Movimento.

Palavras-chave

Movimento de Mulheres Camponesas. Sujeito Educador. Ser Mais. Transformação.

1. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, militante do Movimento de Movimento de Mulheres Camponesas. E-mail: isauraconte@yahoo.com.br.

2. Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, educadora popular da Rede de Educação Cidadã e militante do Movimento de Mulheres Camponesas. E-mail: elisfatima@yahoo.com.br.

Education *to be more* in the Movement of Peasant Women

Isaura Isabel Conte*, Elisiane de Fátima Janh**

Abstract

Discussions about the social movements from a perspective of subject educators requires the understanding that, although we live in a democratic society, we must fight against the inequalities and the various forms of oppression, since this form of social organization does not imply that the social struggles lose meaning. In this essay we intend to reflect, with the help of Paulo Freire, the Movement of Peasant Women (MMC) as a subject that, when occurred in society, allows education to be more of the militant women that, when establish the Movement, create and transform themselves. The ideas presented here are due to the militant inclusion in MMC. Records and observations of life at various circumstances of the Movement were used as research instruments in this work.

Keywords

Movement of Peasant Women. Subject educator. Be more. Transformation.

* Candidate for a doctor's degree in Education at the Federal University of Rio Grande do Sul, militant of the Movement of Peasant Women. E-mail: isauraconte@yahoo.com.br.

** Candidate for a master's degree in Education at the Federal University of Rio Grande do Sul, popular educator of the Civic Education Schools and militant of the Movement of Peasant Women. E-mail: elisfatima@yahoo.com.br.

Neste ensaio, propomos evidenciar como os movimentos populares de luta se constituem como sujeitos educadores e, diante disso, compreender a educação para além de espaços formais, como a escola, por exemplo. As reflexões aqui apresentadas são oriundas da inserção militante no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Rio Grande do Sul, onde foram realizadas observações e registros e, somado a isso, a contribuição de estudos teóricos.

No dizer de Martins (1989), os Movimentos são como que sintomas da sociedade, apontando, desse modo, as feridas sociais. Em diálogo com Freire (1987), salienta-se a legitimidade dos Movimentos Populares devido ao fato de se colocarem em luta contra as opressões. O MMC, que neste ensaio enfocamos, é um movimento camponês de mulheres, como é perceptível pela nomenclatura. Desde seu surgimento, no início da década de 1980, tem colocado como objetivo primordial de sua atuação a libertação das mulheres de qualquer tipo de opressão e exploração (PALUDO, 2009).

Atualmente é bastante comum falar em igualdade entre homens e mulheres, inclusive, diante da afirmação de que se vive numa sociedade democrática. Além disso, consta, na Constituição Federal Brasileira de 1988, que todos são iguais perante a lei. Diante de tal afirmação poderíamos questionar a existência do MMC, bem como de outros movimentos femininos, porém, se refletirmos e olharmos com a devida atenção para a situação de vida das mulheres, perceberemos que suas organizações são justificadas.

De acordo com Nogueira (2006), há, na sociedade, além da divisão por classes, a divisão por sexos e, por consequência, as mulheres empobrecidas são duplamente

exploradas e oprimidas. Entendemos que o fato de as mulheres se colocarem em Movimento – como no caso, as militantes do MMC – e lutarem contra o patriarcado³ e o capital, de algum modo, questiona a atual estrutura da sociedade, além de desafiar a estrutura vigente, apontando para outras formas de relação social, política, econômica, cultural etc. Analisando tais elementos podemos constatar o caráter educador do Movimento, pelo fato de possibilitar o entendimento de que, acima de tudo, a sociedade pode ser diferente.

Há alguns milhares de anos, as mulheres foram e, em grande medida, ainda são consideradas inferiores na esfera social. Muraro (2002) afirma que esta posição instaura-se devido à ação patriarcal, com a dominação masculina. A autora comenta que, com o patriarcado, as mulheres, culturalmente, foram forçadas a aprender e reproduzir sua submissão em relação aos homens, perdendo sua importância econômica nos grupos e relegadas à esfera privada/doméstica.

Sendo assim, podemos dizer que, ao longo do tempo, houve a construção de uma educação generalizada para a “inferioridade”, “incapacidade” e “fragilidade” do sexo feminino, ainda que, nas últimas décadas, as mulheres tenham conseguido avanços significativos a partir de suas lutas. Devido à inferiorização feminina construída culturalmente na sociedade patriarcal é que Gebara (2002) chama atenção para a necessidade de reação das mulheres, em vista de ocuparem os espaços de poder dos quais foram expropriadas.

A autora acredita no feminismo⁴ e, conseqüentemente, nas lutas dos diversos movimentos feministas para que as mulheres consigam recuperar aquilo que Freire chama de

3. De acordo com Richartz (2004 apud SAFFIOTI, 2001), o patriarcado é a hierarquização entre os seres com poderes desiguais. Conforme Muraro (2002), fez-se presente na sociedade entre 10 a 20 mil anos, com domínio dos homens sobre as mulheres, colocando-as como inferiores e incapazes.

4. Gebara (2002) descreve o feminismo como um movimento político pela emancipação da humanidade, visto que em suas teorizações é explícita a opção pelo feminismo revolucionário, considerando transformações também no âmbito da luta de classes, negando, portanto o feminismo burguês.

humanidade roubada. Nessa mesma direção, o MMC se refere à necessidade de construir ou forjar nova cultura⁵. Frente a esse fato, parece bastante notório que o Movimento proponha-se a intervir na sociedade, entendendo não ser um processo fácil, uma vez que exige transformações profundas relacionadas tanto às classes sociais quanto ao gênero.

Se observarmos vários aspectos relacionados à condição em que as mulheres se encontram, não é difícil perceber que elas estão em um patamar muito inferior aos homens. Podemos tomar como exemplo, um dado apresentado, em 2005, pela Sempreviva Organização Feminista (SOF)⁶, mostrando que apesar de as mulheres realizarem 2/3 do trabalho do mundo, recebem como salário 1/3 do valor pago aos homens, além de ocuparem somente em torno de 30% dos cargos de chefia no trabalho, em se tratando do universo urbano.

Esses dados podem ser endossados com o que nos apresenta Mészáros (2002), em sua afirmação de que as mulheres correspondem a 70% dos pobres do planeta. Diante de tal realidade, consideramos pertinente o questionamento e a negação da sociedade capitalista e patriarcal conforme fazem as mulheres militantes do MMC em luta. No Movimento, essas mulheres descobriram-se negadas e inferiorizadas e, por isso, se colocaram e se mantiveram em processos de contestação e também de proposição frente ao que ainda não existe enquanto hegemonia.

Segundo nossas observações de falas das militantes do MMC, constatamos que, no caso das mulheres camponesas, a sobrecarga de tarefas e

responsabilidades tem sido determinante para que grande parte delas continue fora de espaços de decisão em locais públicos. Em muitos sindicatos de trabalhadores rurais, por exemplo, elas são a maioria do corpo de associados, no entanto, não ocupam postos considerados de importância na luta sindical, tampouco conduzem processos como protagonistas.

No que se refere ao trabalho nas unidades de produção familiar em que vivem as mulheres, são elas as responsáveis por cerca de 90% da produção de alimentos⁷ que sustentam as famílias, sendo que esse trabalho fica oculto, não transformado em renda e valor monetário, na maioria dos casos. Diante disso, o MMC tem refletido e politizado o trabalho das mulheres por meio de processos formativos e lutas diversas, visando potencializar o reconhecimento das mulheres como sujeitos tanto no âmbito de suas famílias como nos demais setores da sociedade.

Por meio dos dados apontados pela SOF em conjunto com o evidenciado pelas observações sobre a situação de vida das mulheres camponesas, podemos constatar que as mulheres encontram-se no mundo do trabalho e os homens, por sua vez, no mundo das decisões. Devido à restrita participação feminina na esfera das decisões, resultante da falta de condições efetivas, desde a educação sexista dentro e fora das escolas, é que as transformações necessárias acontecem a passos muito lentos. Contudo, atualmente, são percebidos avanços significativos e há várias organizações de mulheres em luta contra aquilo que Paulo Freire (1987, p. 75) nomeia de *ser menos*.

Parafraseando Freire, quando se ressalta a

5. Documento político da Campanha Nacional de Produção de Alimentos Saudáveis (2007).

6. Sempreviva Organização Feminista. A SOF é uma organização não governamental feminista em funcionamento desde 1963, com sede na cidade de São Paulo e atuação em âmbito nacional, cujo objetivo é contribuir na construção de uma política feminista articulada a um projeto democrático-popular que esteja presente na formulação de propostas e nos processos organizativos e de luta dos movimentos sociais. Esta política deve transformar as relações de gênero e favorecer a autodeterminação das mulheres.

7. No ano de 2005, o MMC efetuou ampla pesquisa com as militantes do MMC em todas as regiões do Estado do Rio Grande do Sul, em que o Movimento possui base organizada, e, portanto a tabulação dos dados coletados evidenciam esta realidade.

busca pela emancipação e pelo protagonismo, entende-se que as mulheres do MMC almejam o *ser mais*, ou seja, a humanização, pois, descobriram-se negadas e inferiorizadas e decidiram não mais aceitar essa condição. Não se pode dizer, contudo, que em algum momento na história as mulheres tenham sido pacíficas, a ponto de aceitar a condição de *ser menos* que lhes foi imposta. Muraro (2002) afirma que a submissão feminina deu-se, em última instância, por coerção de força física e pela imposição do medo.

Apesar da opressão historicamente sofrida pelas mulheres na sociedade patriarcal ter sido muito forte em vários momentos, como na Inquisição, por exemplo, as reações por parte delas, em maior ou menor intensidade, estiveram sempre presentes em várias formas de contestação (Priore, 2004). Foi a partir do final do século XIX, entretanto, que podemos perceber o surgimento de organizações mais consistentes e expressivas de luta por direitos das mulheres do Brasil. É nesse período que elas começam a ser entendidas, também, como cidadãs e sujeitos de direitos de acordo com Paludo (2009).

Com relação às mulheres camponesas do Brasil, constatamos que as reivindicações organizadas em Movimentos são bastante recentes, tendo insurgido, basicamente, na década de 1980. Não se trata, porém, de negar que sempre houve resistência por parte das mulheres desde a colonização e a escravidão, no entanto, a violência, tanto de classe quanto de gênero, foi tão intensa que tornou quase impossível que as camponesas conseguissem se colocar como sujeitos históricos, mesmo pela ocorrência de um ocultamento do campesinato frente ao cenário considerado de desenvolvimento do país.

Na argumentação de Ribeiro (2010), sujeito histórico vem a ser um conceito mais abrangente do que sujeito social, pois se refere à classe social, vinculando a capacidade ou o potencial de transformar a sociedade. Conforme

Paludo (2009), no início da década de 1980, as mulheres camponesas saíram de casa para buscar seus direitos, descobrindo, ao que parece, um mundo muito além do doméstico. Começaram a compreender a amplitude e a complexidade das leis e da sociedade e, que seu espaço, acima de tudo, vai muito além da casa e da roça. Aprenderam a questionar a sociedade e, organizadas, perceberam a força do coletivo para as contestações e proposições, sendo esta uma grande força educativa ou reeducativa para elas e para a sociedade. Perceberam, também, que o negado para si estava em demasia para outros(as) e, diante disso, reuniram a indignação e a rebeldia por muito tempo sufocadas. Colocando-se publicamente em marchas, passeatas e manifestações de outras ordens, essas mulheres forçaram o diálogo com os poderes instituídos, inclusive com suas famílias e, no mínimo, de “inexistentes” passaram a ser percebidas e reconhecidas.

Além do aspecto da visibilidade, outra forma de identidade começou a se constituir no Movimento, nomeado por Castells (2002) como resistência. O autor argumenta que, possivelmente, esse é o tipo mais importante de construção de identidade na sociedade, pois dá origem a formas coletivas de resistência contra opressões. A afirmação do autor vem ao encontro do que já dizia Paulo Freire com relação à construção do *ser mais*, possível, a partir do coletivo. Ao que parece, o aspecto da resistência com vistas à superação das inferioridades tanto de classe quanto de gênero é assumido e publicizado pelas militantes em vários momentos, inclusive nas lutas de caráter coletivo.

Considera-se que o reconhecimento das mulheres camponesas e de suas lutas tenha sido um dos maiores aprendizados para elas, de acordo com diversos momentos de suas falas. Disseram aprender, acima de tudo, que “o sempre foi assim” deixou de existir e, por isso, muitas concepções foram questionadas e superadas. O dizer de suas palavras faz eco e elas se educam,

ao passo que educam a sociedade também.

Como, por meio do MMC, propicia-se reunir mulheres seja nas comunidades ou em ocasiões de encontros maiores, o Movimento torna-se espaço de aprendizado e partilha de experiências, seja com relação à condução da luta, seja relativo às práticas cotidianas. Neste sentido Thompson (1981, p. 189) argumenta que

[...] com a “experiência” e “cultura”, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos ou (como supõem certos praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.

Com a organização, as militantes puderam entender a sociedade de modo mais abrangente, apesar da pouca escolarização. Constatou-se, por meio das falas dessas mulheres, que, no início do Movimento, a maioria de suas dirigentes não possuía sequer ensino fundamental, mas o aprendizado se deu nas práticas políticas que as desafiavam. O fato de a maioria delas ter sido líder de pastorais nas comunidades parece ter contribuído significativamente para sua participação na Organização. Nas pastorais, essas mulheres tiveram acesso a uma hermenêutica que fazia descobrir um Jesus libertador, uma Maria de ação e um Deus com os(as) empobrecidos(as).

A partir do Movimento, pode-se afirmar que a educação popular, potencializada e efetuada a partir dele, gera conflitos pessoais, pois se dá em função de aprofundar a

inserção das militantes com o propósito de elevar seus níveis de consciência. Com a tomada de consciência, espera-se que as mulheres possam agir segundo os princípios da Organização, que busca, acima de tudo, a libertação e o empoderamento das mulheres⁸, o que não é simples do ponto de vista de papéis hierarquizados na sociedade patriarcal.

Pode-se chamar de empoderamento⁹ o processo pelo qual as mulheres vão tomando, senão construindo, formas de poder para si (quando anteriormente o poder era somente do outro). Podemos constatar que houve passos importantes, mas diante da impossibilidade de medir exatamente o empoderamento, afirmamos que, no mínimo, tem-se conseguido algumas conquistas enquanto mulheres em organização no MMC.

Com o Movimento, as mulheres perceberam que a igualdade de gênero, como tantos outros aspectos, não existe, conforme o propagado por muitos setores da sociedade. Observamos que no MMC elas falam e escrevem, nos vários materiais elaborados, sobre a busca pela equiparação com os homens, afirmam não quererem ser iguais a eles, pois não o são. Querem ter o direito de pensar diferente e de serem respeitadas na diversidade e, inclusive, no direito de travar lutas específicas.

Em alguns momentos em estudos observados no Movimento, as mulheres, em suas falas, explicitaram seu entendimento sobre a sociedade capitalista e ficou evidente que as crises do capitalismo aprofundam, cada vez mais, a exploração sobre a classe trabalhadora, sendo as mulheres empobrecidas, as que mais sofrem as consequências. Com essa percepção, afirmam a importância de continuarem organizadas em luta, pois, dizem ter ainda muito a conquistar.

O fato de mulheres do campo

8. Pode ser verificado em vários materiais como folders, cartilhas e panfletos, os quais trazem a missão do MMC.

9. Utilizamos a palavra “empoderamento” a partir da noção das pesquisadoras feministas Deere e León, para quem o termo é entendido como sendo construção efetiva do poder em todos os níveis por parte das mulheres

organizadas, defendendo o feminismo¹⁰, ainda não é bem compreendido por muitas pessoas e incomoda outras tantas. Ao que é evidente, o papel dos movimentos, em especial o MMC, é desacomodar a sociedade e também os sujeitos que dela fazem parte encaminhando-os para novas posturas diante da vida e do mundo.

A existência do Movimento não precisa ser explicada, tampouco justificada, pois como já dizia Freire, são os oprimidos, no caso as oprimidas, que devem reagir contra a opressão. Assim, visando maior força no coletivo, as

mulheres uniram-se em Movimento. Algumas conquistas decorrentes da luta, como o reconhecimento da profissão de agricultoras ou trabalhadoras rurais, o direito à aposentadoria aos 55 anos e auxílio maternidade entre outros, possibilitaram a muitas dessas mulheres uma condição equiparada a começar pelo espaço familiar. Conforme ideias expressas nas palavras de ordem do Movimento: “nós não queremos favores, nossa história a gente faz” e “sem feminismo não há socialismo”.

Referências

- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. **A era da informação: economia sociedade e cultura**. Tradução de Klaus Brandini Gehardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos à propriedade na América Latina**. Tradução de Letícia Vasconcelos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 32. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- GEBARA, Ivone. Cultura e relações de gênero. **Seminário do CEPIS**. São Paulo, 2002.
- MARTINS, José de Souza. Caminhada no chão da noite. **Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Editora da UNICAMP; Boitempo, 2002.
- MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Campanha nacional de produção de alimentos saudáveis**. Texto impresso e digitalizado. Passo Fundo, 2007.
- _____. **Gênero, sexualidade e direitos das mulheres**. Chapecó: Marka Gráfica e Editora Ltda., 2008.
- MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2002.
- NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **O trabalho duplicado. A divisão sexual do trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta: em defesa da vida**. São Leopoldo: Cebi, 2009.
- PRIORE, Mary Del (Org.). **Histórias das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto; UNESP, 2004.
- RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação – princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

10. O MMC declarou-se feminista em 2004.

RICHARTZ, Terezinha. **Conceituando gênero e patriarcado**. In: SAFFIOTI, Heleieth. São Paulo: Editora da PUC, 2004.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Caderno de textos**. São Paulo: SOF, 2005.

_____. **Feminismo, movimento social e transformação são as razões de ser da SOF**. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/>>. Acesso em: 12 maio 2011.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria. Ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Submetido em 26 de julho de 2010

Aprovado em 11 de maio de 2011